

EDUCAÇÃO ESPECIAL - AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA ESCOLA PARA INCLUSÃO PARALELA



THAIS DA CRUZ HEER

Graduação em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2004) Graduação em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2012); Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento, pela Faculdade Batista de Minas Gerais - IPEMIG (2020); Pós-Graduação em Educação Especial, pela Faculdade de Conchas (2022); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na EMEI Dom Pedro I, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre educação especial e inclusão. Sabemos que são dois conceitos diferentes, no entanto, escolas e profissionais da educação ainda se atrapalham no uso de um e outro. Pela legislação vigente, o atendimento à criança e adolescentes devem acontecer preferencialmente na rede regular de ensino, de forma a priorizar o atendimento a todos sem exceção. De fato, observamos que as escolas têm atendido aos que a ela procuram. Nosso objetivo é entender como tem sido esses atendimentos e os profissionais que estão em atendimento "dão conta do que fazem"?

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Inclusão; Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais as escolas estão recebendo alunos com deficiência, entre elas, alunos com múltiplas deficiências, autistas, com síndrome de Down entre outras. Não basta apenas admitir a matrícula, isso nada mais é do que cumprir a lei. O que realmente vale é adotar práticas que ofereçam serviços competentes por parte da escola e da criança e/ou estudante, isso requer aprender a estrutura linguística da língua do surdo, quando for o caso, do aluno cego, das estratégias de atendimento ao autismo ou qualquer outra deficiência para que o aluno consiga aprender como qualquer outro.

Não podemos fazer a diferença entre os alunos com deficiência e outros, porque a deficiência não impede que a pessoa seja capaz de ser um cidadão participante da sociedade, criando, comunicando-se e sendo feliz.

Por Educação Inclusiva, segundo Batista (2006), entende-se o processo de qualquer aluno independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, serem recebidos em todas as escolas. A escola deve incluir a todos, reconhecer a diversidade, não ter preconceitos contra as diferenças, deve atender as necessidades de cada um.

Portanto, as escolas comuns devem comprometer-se em acolher todas as crianças, incluindo as com deficiência. E que para o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não as suas deficiências.

INCLUSÃO ESCOLAR

Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental. Recusar-se a ensinar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (NEE) é crime: todas as instituições devem oferecer atendimento especializado, chamado de Educação Especial. No entanto, o termo não deve ser confundido com escolarização especial, que atende os portadores de deficiência em uma sala de aula ou escola separada, apenas formadas por crianças com NEE. O artigo 208 da Constituição brasileira específica que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no artigo 54 da ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A legislação também obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para ajudar alunos com deficiência a se integrarem nas classes comuns. Ou seja, uma criança portadora de deficiência não deve ter de procurar uma escola especializada. Ela tem direito a cursar instituições comuns, e é dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela. O gestor da escola e as Secretarias de Educação e administração é que precisam requerer os recursos para isso. O atendimento educacional especializado (AEE), que é institucionalizado no Projeto Político-Pedagógico das U.Es, será organizado e prestado de acordo com o disposto nos artigos 5º e 6º do Decreto nº 57.379/16, bem como no art. 23, da Portaria nº 8.764/16, e deve ser feito com um Professor de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e/ou pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI). O professor regente e o(s) responsável(is) pelo AEE devem coordenar o trabalho e planejar as atividades. O PAEE e/ou PAAI não foge do tema da aula, que é comum a todos os alunos, mas o adapta da melhor forma possível para que o aluno consiga acompanhar o resto da classe. Mas a preparação da escola não deve ser apenas dentro da sala de aula: alunos com deficiência física necessitam de espaços modificados, como rampas, elevadores (se necessário), corrimões e banheiros adaptados. Engrossadores de lápis, apoio para braços, tesouras especiais e quadros magnéticos são algumas tecnologias assistivas que podem ajudar o desempenho das crianças e jovens com dificuldades motoras.

"Conceitua-se a inclusão como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade." (SASSAKI, 1997, p.41)

A inclusão escolar não significa promover a adequação ou a normalização de acordo com as características de uma maioria e sim, a um significado de fazer parte, conviver e não se igualar. A ideia fundamental de inclusão é a de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem outros tipos de condição atípica.

Entretanto, a inclusão se baseia em princípios tais como: a aceitação das diferenças; a valorização da diversidade humana; o direito de pertencer e não ficar de fora; o igual valor das minorias em comparação com a maioria.

Desse modo, o processo de socialização se dá de uma forma muito complicada, deve ser um trabalho realizado junto com todos os envolvidos no processo: pais e toda a comunidade escolar. Assim, a pessoa com deficiência deve encontrar, na sociedade e principalmente na escola, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele inserido no processo, a sociedade se adapta às suas limitações.

Em relação a esta questão SASSAKI (1997) diz:

“A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.” (SASSAKI, 1997, p. 42).

PRECONCEITO

A própria palavra preconceito, que segundo o dicionário significa conceito antecipado e sem fundamento, nos remete a pensar como e porque, em muitas ocasiões, atitudes preconceituosas são predominantes, principalmente em nossa sociedade atual, em que a beleza e a imagem são requisitos tão importantes para uma vida normal. Normal? O normal é ser diferente, é sermos nós mesmos sem estereótipos, sem um padrão predominando, sem aquela ânsia por ser igual a todos. Seria terrível viver numa terra onde as diferenças não existissem, onde todas as pessoas possuíssem o mesmo rosto, as mesmas cores e cortes de cabelos, olhos, roupas, gostos, sentimentos etc. A monotonia toma conta e quem sabe até, as pessoas dessa terra tão igual, nem sequer se desenvolveram, porque não há maior impulso na vida de um ser humano que a competição e a necessidade de superar seus ideais. A impressão digital, por exemplo, é única. Cada ser humano é dotado dessa exclusividade. Ser diferente é normal, é ter ideias, sentimentos e hábitos únicos. A mídia já foi responsável pela exploração desenfreada de nossa imagem. Cada vez mais a intimidade das pessoas é exposta na televisão, nos jornais, na internet etc., mas o padrão é sempre seguido, a moda, principalmente das novelas são vistas em vitrines na manhã seguinte. De fato, temos dificuldades em lidar com as diferenças dos outros e a aceitá-las, sejam elas visíveis ou não. Contudo, a diferença não pode só ser vista pelo lado negativo. Quantas vezes não gostaríamos de ser diferentes... De nos distinguirmos por esta ou por aquela qualidade que não temos. E quando temos uma diferença, desejaríamos não a ter, porque ela nos distingue, nos discrimina... Faz com que olhem para nós com pena e outras vezes com indiferença.

A ESCOLA COMO EQUIPAMENTO SOCIAL RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

A escola tem um papel fundamental na vida da criança e do jovem. Ao entrar na escola, eles têm a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual a outra.

“É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tenham papel muito importante, é da escola a maior parcela.” (Mello in MANTOAN, 1997, p.13).

Ao abrir suas portas para receber as crianças com deficiência, a escola se torna um espaço de inclusão, promovendo trocas enriquecedoras entre toda equipe escolar, os alunos e suas famílias.

Entretanto, a escola não basta somente aceitar as crianças com deficiência, é preciso desenvolver um sistema com adequação necessária, ambientes com infraestrutura adequada, a comunidade escolar (professores, diretores, demais funcionários) aptos e preparados para atender adequadamente às necessidades das crianças.

“A inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe (...)” (GUIMARÃES, 2003, p. 46).

Portanto, a escola traz consigo toda uma bagagem de cultura e de saberes que atendiam às necessidades de uma determinada época e clientela. Se antes o excepcional era eliminado da sociedade, hoje ele tem seu direito adquirido por uma lei, a qual o coloca como um ser igual às outras crianças, vivendo como as outras e recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Para isso, há de (re)pensar com muita cautela sobre a estrutura escolar, nossa avaliação, nossa interação com as famílias e os conhecimentos adquiridos pelos professores para atender a este aluno.

AUXILIARES DE VIDA ESCOLAR

Muitas escolas estão tentando construir um espaço inclusivo, pensando nas múltiplas necessidades da criança com necessidades especiais. A Prefeitura Municipal de Educação incluiu em seu módulo o auxiliar de vida escolar (AVE) que é um profissional que tem capacitação especializada, atualizada regularmente pela SPDM (Sociedade Paulista de Medicina) que é uma organização que é responsável pela contratação desses profissionais para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Esses profissionais recebem orientações e capacitações no tocante às suas funções com profissionais do Setor de Apoio ao Educando, com os profissionais da Supervisão, com a médica pediatra e com agentes de saúde.

Os AVEs são, segundo a Secretaria Municipal de Educação, profissionais com formação em Ensino Médio contratados por empresa conveniada com a Secretaria para oferecer suporte intensivo a estudantes com deficiência e TGD (Transtorno Global de Desenvolvimento) que não tenham

autonomia para atividade de alimentação, higiene, locomoção, comunicação e interação.

Algumas modificações têm ocorrido nas escolas devido às demandas de matrículas de crianças com deficiência, no entanto, ainda está longe de ser um atendimento que compreenda as reais necessidades da escola. Os Centros de Educação Infantil recebem demandas de crianças com dificuldades e ainda assim em seu módulo não é prevista a contratação de AVEs.

Em outras Secretarias de outros municípios a função do AVE compreende outras funções: No âmbito do treinamento em educação especial, os AVEs são capacitados para entender e atender às necessidades específicas dos alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem e outras condições especiais. Eles aprendem a adaptar materiais didáticos, oferecer suporte individualizado e implementar estratégias pedagógicas diferenciadas, garantindo que cada aluno possa desenvolver todo o seu potencial. (SEMEEC).

Segundo a psicóloga Tainara Gomes, "O foco nas atividades emocionais é de suma importância para criar um ambiente escolar saudável e estimulante. Os AVEs são treinados para reconhecer sinais de dificuldades emocionais nos alunos e fornecer apoio adequado. Eles colaboram na promoção de habilidades socioemocionais, incentivando a empatia, a comunicação eficaz e a resolução de conflitos. Essas habilidades não apenas melhoram o bem-estar dos alunos, mas também criam uma atmosfera positiva que beneficia toda a comunidade escolar".

Outras tantas dificuldades que as escolas em geral enfrentam é receber crianças que apresentam dificuldades ou TGD e o professor responsável não tem o mínimo de preparo para lidar com a criança. A equipe gestora precisa se atentar a cada caso, a cada movimento e fazer a formação in loco, muitas vezes disponibilizando o professor de módulo para auxiliar nos atendimentos de NEE. Sem falar que em muitos casos, muitas escolas não contam com o professor de módulo, tendo em vista a falta de professores para contratação.

É preciso repensar na escola, em sua infraestrutura, nos seus atendimentos, no acolhimento das crianças e dos pais, na formação específica e continuada do professor, no suporte às aulas. Faz-se necessário uma reflexão de qual escola que queremos? Quais concepções de escola, de criança fazem parte da nossa formação? Que amparo, que formação oferecemos às famílias dos alunos? Quais espaços abrimos aos pais e a comunidade em nossas escolas? Quais são nossas propostas para melhoria no atendimento aos NEEs?

EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A resolução nº 2 do Conselho Nacional da Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determinando que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários. No caso de instituições de ensino privada, esse apoio pode constituir parte do atendimento educacional especializado e pode ser realizado em parceria com o sistema público de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, traduz em seus objetivos e suas diretrizes a garantia do acesso à escolarização na sala de aula comum do ensino regular e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pela Portaria nº 8.764/16, tem o objetivo de assegurar o acesso, a permanência, a participação plena e a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento – TGD e altas habilidades nas unidades educacionais e espaços educativos da Secretaria Municipal de Educação.

Na Prefeitura Municipal de São Paulo encontramos algumas escolas de Educação Especial contratadas por meio de OSC que oferecem atendimento especializado no contraturno da escola regular. Geralmente são alunos com comprometimentos severos e que necessitam de maiores adaptações para conseguirem realizar as atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crianças com deficiência são aquelas que, por alguma diferença no seu desenvolvimento, requerem certas modificações ou adaptações complementares ou suplementares no programa educacional, visando torná-las autônomas e capazes serem mais independentes possíveis para que possam atingir todo seu potencial.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular requer uma revisão conceitual da estrutura curricular dos cursos de formação de professores. A inclusão escolar enfatiza a necessidade de reflexão sobre: as concepções, crenças e atitudes diante da diversidade, diferença; a qualidade das ofertas educativas e da gestão escolar; e a necessidade de rever os programas de formação inicial e continuada de professores.

Sabemos que a escola atual mudou suas configurações atendendo crianças e adolescentes, no entanto, muito ainda está por fazer, desde a infraestrutura, formação de profissionais, currículo, módulos, entendimento de inclusão, formação de professores.

As leis existem e garantem o direito a todas crianças e adolescentes, no entanto, precisamos de ações conjuntas para que de fato todos sejam incluídos e atendidos como merecem, em uma escola que todos sejam alcançados.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

BEYER, H. O. **A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial.** Revista Educação Especial. Brasília, n. 02, ago. 2006.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.


DORNELES, B. V. **Diversidade na aprendizagem.** In: BASSOLS. **Saúde Mental na Escola: Uma abordagem multidisciplinar.** 2 edições. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. Cap. 20, p. 111 – 119.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à prática educativa.** 24 edições. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva.** In: **Caminhos pedagógicos da educação especial.** GAIO, R e MENEGHETTI, R. G. K. (orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão... falar de que sujeitos?** In: LEBEDEFF, T. B. PEREIRA, I. L. e S. **Educação especial - olhares interdisciplinares.** Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.



+55 14 3198-4048
+55 11 4444-9014
relacionamento@facon.edu.br



FACONNECT